

Renato Brasileiro de Lima

Nova Lei de
ABUSO de
AUTORIDADE

2020

SUMÁRIO

1. Noções introdutórias acerca da origem da nova Lei de Abuso de Autoridade.....	21
2. Bem jurídico tutelado.....	25
3. Âmbito de incidência da nova Lei de Abuso de Autoridade.....	25
4. Tipo subjetivo dos crimes de abuso de autoridade: elemento subjetivo geral + elemento subjetivo especial do tipo.....	26
4.1. (In) compatibilidade do elemento subjetivo especial do injusto com o dolo eventual.....	34
5. Vedação do crime de hermenêutica.....	35
6. Sujeito ativo dos crimes de abuso de autoridade.....	40
6.1. Concurso de agentes com particulares (<i>extraneus</i>).....	44
7. Sujeito passivo dos crimes de abuso de autoridade.....	45
8. Competência para o processo e julgamento dos crimes de abuso de autoridade.....	46
9. Ação penal nos crimes de abuso de autoridade.....	49
9.1. Ação penal pública incondicionada como regra geral.....	49
9.2. Ação penal privada subsidiária da pública.....	50
9.2.1. Atribuições do Ministério Público na ação penal privada subsidiária da pública.....	53
9.3. Prazo para o exercício da ação penal privada subsidiária da pública (decadência imprópria).....	54
10. Efeitos extrapenais decorrentes da sentença penal condenatória	56
10.1. Obrigação de reparar o dano causado pelo delito.....	57
10.2. Inabilitação para o exercício do cargo, mandato ou função pública.....	61
10.3. Perda do cargo, do mandato ou da função pública.....	62

10.4. Pressupostos para a aplicação dos efeitos dos incisos II e III do art. 4º da Lei n. 13.869/19	63
11. Substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos	65
11.1. Espécies de penas restritivas de direitos passíveis de aplicação em relação aos crimes de abuso de autoridade.....	66
11.2. Possibilidade de aplicação das penas restritivas de direitos de maneira autônoma ou cumulativa	69
12. Ilicitude penal, cível e administrativa	69
12.1. Dever de comunicação de faltas funcionais à autoridade competente	71
13. Efeitos civis da absolvição penal.....	72
13.1. Efeitos civis de absolvição penal com fundamento nas excludentes de ilicitude	77
14. Decretação de medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais.....	77
14.1. Rejeição do veto presidencial pelo Congresso Nacional	77
14.2. Direito intertemporal	78
14.3. Bem jurídico tutelado.....	79
14.4. Sujeitos do crime.....	79
14.5. Tipo objetivo.....	80
14.6. Tipo subjetivo.....	84
14.7. Consumação e tentativa.....	85
14.8. Classificação doutrinária	85
14.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	86
15. Não relaxamento da prisão manifestamente ilegal.....	88
15.1. Direito intertemporal	88
15.2. Noções gerais acerca do relaxamento da prisão ilegal	88
15.3. Bem jurídico tutelado.....	91
15.4. Sujeitos do crime.....	91
15.5. Tipo objetivo.....	91
15.6. Tipo subjetivo.....	92
15.7. Consumação e tentativa.....	92
15.8. Classificação doutrinária	93

15.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	93
15.10. Não realização da audiência de custódia (ou de apresentação)..	93
16. Não substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa ou não concessão de liberdade provisória, quando manifestamente cabível.....	100
16.1. Direito intertemporal	100
16.2. Noções gerais acerca da liberdade provisória e das medidas cautelares diversas da prisão	101
16.3. Bem jurídico tutelado.....	103
16.4. Sujeitos do crime.....	103
16.5. Tipo objetivo.....	103
16.6. Tipo subjetivo.....	103
16.7. Consumação e tentativa.....	103
16.8. Classificação doutrinária	103
16.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	103
17. Não deferimento de liminar ou de ordem de habeas corpus, quando manifestamente cabível.....	104
17.1. Direito intertemporal	104
17.2. Bem jurídico tutelado.....	104
17.3. Sujeitos do crime.....	104
17.4. Tipo objetivo.....	105
17.5. Tipo subjetivo.....	107
17.6. Consumação e tentativa.....	107
17.7. Classificação doutrinária	107
17.8. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	107
18. Decretação de condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo.....	108
18.1. Direito intertemporal	108
18.2. Noções gerais acerca da condução coercitiva.....	108
18.3. Bem jurídico tutelado.....	113
18.4. Sujeitos do crime.....	113

18.5. Tipo objetivo.....	114
18.6. Tipo subjetivo.....	118
18.7. Consumação e tentativa.....	118
18.8. Classificação doutrinária	118
18.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	118
19. Execução de captura de pessoa que não esteja em situação de flagrante delito ou sem ordem escrita da autoridade judiciária competente.....	119
20. Omissão quanto à comunicação da prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal	120
20.1. Direito intertemporal	120
20.2. Noções gerais acerca do dever de comunicação imediata da prisão ao Juiz competente.....	120
20.3. Bem jurídico tutelado.....	123
20.4. Sujeitos do crime.....	123
20.5. Tipo objetivo.....	124
20.6. Tipo subjetivo.....	126
20.7. Consumação e tentativa.....	127
20.8. Classificação doutrinária	127
20.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	127
21. Omissão quanto à comunicação imediata da execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou.....	128
21.1. Direito intertemporal	128
21.2. Noções gerais acerca do dever de comunicação imediata da execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou	128
21.3. Bem jurídico tutelado.....	130
21.4. Sujeitos do crime.....	130
21.5. Tipo objetivo.....	131
21.6. Tipo subjetivo.....	132
21.7. Consumação e tentativa.....	132
21.8. Classificação doutrinária	132
22. Omissão quanto à comunicação imediata da prisão de qualquer pessoa e do local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada.....	132

22.1. Direito intertemporal	132
22.2. Noções gerais acerca do dever de comunicação imediata da prisão de qualquer pessoa e do local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ele indicada.....	133
22.3. Bem jurídico tutelado.....	134
22.4. Sujeitos do crime.....	135
22.5. Tipo objetivo.....	135
22.6. Tipo subjetivo.....	135
22.7. Consumação e tentativa.....	135
22.8. Classificação doutrinária	135
23. Omissão quanto à entrega ao preso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão e os nomes do condutor e das testemunhas.	136
23.1. Direito intertemporal	136
23.2. Noções gerais acerca do direito à entrega da nota de culpa	136
23.3. Bem jurídico tutelado.....	139
23.4. Sujeitos do crime.....	139
23.5. Tipo objetivo.....	139
23.6. Tipo subjetivo.....	139
23.7. Consumação e tentativa.....	139
23.8. Classificação doutrinária	139
24. Prolongamento indevido de prisão, de medida de segurança ou de internação	140
24.1. Direito intertemporal	140
24.2. Bem jurídico tutelado.....	141
24.3. Sujeitos do crime.....	141
24.4. Tipo objetivo.....	141
24.5. Tipo subjetivo.....	144
24.6. Consumação e tentativa.....	144
24.7. Classificação doutrinária	144
25. Constrangimento de preso ou detento	145
25.1. Direito intertemporal	145
25.2. Noções gerais acerca do respeito à integridade moral do preso.....	145
25.3. Bem jurídico tutelado.....	148
25.4. Sujeitos do crime.....	148
25.5. Tipo objetivo.....	149
25.6. Tipo subjetivo.....	154

25.7. Consumação e tentativa.....	154
25.8. Classificação doutrinária	155
25.9. Conflito aparente de normas	155
25.10. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	156
26. Fotografia ou filmagem de preso sem o seu consentimento ou com autorização obtida mediante constrangimento ilegal	157
27. Constrangimento a depor, sob ameaça de prisão, de pessoa que deva guardar segredo ou resguardar sigilo em razão de função, ministério, ofício ou profissão.....	158
27.1. Direito intertemporal	158
27.2. Noções gerais acerca das pessoas que são proibidas de depor em razão do dever de guardar segredo decorrente do exercício de função, ministério, ofício ou profissão	159
27.3. Bem jurídico tutelado.....	162
27.4. Sujeitos do crime.....	162
27.5. Tipo objetivo.....	162
27.6. Tipo subjetivo.....	163
27.7. Consumação e tentativa.....	163
27.8. Classificação doutrinária	163
27.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal e suspensão condicional do processo.....	164
28. Prosseguimento de interrogatório de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio	164
28.1. Rejeição do veto presidencial.....	164
28.2. Direito intertemporal	165
28.3. Noções gerais acerca do direito ao silêncio	165
28.4. Bem jurídico tutelado.....	169
28.5. Sujeitos do crime.....	169
28.6. Tipo objetivo.....	169
28.7. Tipo subjetivo.....	170
28.8. Consumação e tentativa.....	170
28.9. Classificação doutrinária	171
28.10. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	171

29. Prosseguimento de interrogatório de pessoa que tenha optado por ser assistida por advogado ou defensor público sem a presença de seu patrono	171
29.1. Rejeição do veto presidencial.....	171
29.2. Direito intertemporal	172
29.3. Noções gerais acerca da (des)necessidade de presença de defensor por ocasião do interrogatório policial (ou judicial)	172
29.4. Bem jurídico tutelado.....	176
29.5. Sujeitos do crime.....	176
29.6. Tipo objetivo.....	176
29.7. Tipo subjetivo.....	176
29.8. Consumação e tentativa.....	176
29.9. Classificação doutrinária	176
29.10. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	176
30. Omissão de identificação ou identificação falsa ao preso	177
30.1. Rejeição do veto presidencial.....	177
30.2. Direito intertemporal	177
30.3. Bem jurídico tutelado.....	178
30.4. Sujeitos do crime.....	178
30.5. Tipo objetivo.....	178
30.6. Tipo subjetivo.....	181
30.7. Consumação e tentativa.....	181
30.8. Classificação doutrinária	181
30.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	181
31. Submissão de preso, internado ou apreendido ao uso de algemas fora das hipóteses legais	182
32. Submissão de preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno.....	183
32.1. Direito intertemporal	183
32.2. Noções gerais acerca do respeito à liberdade de autodeterminação do interrogando.....	183
32.3. Bem jurídico tutelado.....	186
32.4. Sujeitos do crime.....	186
32.5. Tipo objetivo.....	186

32.6.	Tipo subjetivo.....	189
32.7.	Consumação e tentativa.....	189
32.8.	Classificação doutrinária	189
32.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	189
33.	Impedimento ou retardamento do envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente.....	190
33.1.	Direito intertemporal	190
33.2.	Bem jurídico tutelado.....	190
33.3.	Sujeitos do crime.....	191
33.4.	Tipo objetivo.....	191
33.5.	Tipo subjetivo.....	193
33.6.	Consumação e tentativa.....	194
33.7.	Classificação doutrinária	195
33.8.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	195
34.	Restrição, sem justa causa, da entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado	195
34.1.	Rejeição do veto presidencial.....	195
34.2.	Direito intertemporal	196
34.3.	Noções gerais acerca da ampla defesa e do direito à entrevista pessoal e reservada do acusado, ainda que preso, com seu defensor	196
34.4.	Bem jurídico tutelado.....	199
34.5.	Sujeitos do crime.....	199
34.6.	Tipo objetivo.....	200
34.7.	Tipo subjetivo.....	203
34.8.	Consumação e tentativa.....	204
34.9.	Classificação doutrinária	204
34.10.	Conflito aparente de normas	204
35.	Manutenção de presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento.....	205
35.1.	Direito intertemporal	205
35.2.	Noções gerais acerca da necessidade de recolhimento de presos a estabelecimento próprio e adequado ao seu respectivo sexo..	205
35.3.	Bem jurídico tutelado.....	207

35.4.	Sujeitos do crime.....	207
35.5.	Tipo objetivo.....	208
35.6.	Tipo subjetivo.....	210
35.7.	Consumação e tentativa.....	211
35.8.	Classificação doutrinária	211
35.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	212
36.	Violação de domicílio em um contexto de abuso de autoridade	212
36.1.	Direito intertemporal	212
36.2.	Bem jurídico tutelado.....	213
36.3.	Sujeitos do crime.....	213
36.4.	Tipo objetivo.....	214
36.4.1.	Elementos normativos do tipo.....	215
36.4.2.	Objeto material.....	218
36.4.3.	Figuras assemelhadas.....	220
36.4.3.1.	Constrangimento de alguém a franquear-lhe o acesso a imóvel	220
36.4.3.2.	Execução de mandado de busca de forma ostensiva e desproporcional	221
36.4.3.3.	Cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h (vinte e uma horas) ou antes das 5h (cinco horas)	222
36.4.4.	Excludentes da ilicitude	226
36.5.	Tipo subjetivo.....	229
36.6.	Consumação e tentativa.....	230
36.7.	Classificação doutrinária	230
36.8.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	231
37.	Fraude processual especial em caso de abuso de autoridade	231
37.1.	Direito intertemporal	231
37.2.	Bem jurídico tutelado.....	232
37.3.	Sujeitos do crime.....	232
37.4.	Tipo objetivo.....	232
37.5.	Objeto material	233
37.6.	Tipo subjetivo.....	234
37.7.	Consumação e tentativa.....	234

37.8. Classificação doutrinária	235
37.9. Subsidiariedade tácita ou implícita	235
37.10. Fraude processual e direito de não produzir prova contra si mesmo (<i>nemo tenetur se detegere</i>).....	236
37.11. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	237
38. Constrangimento de funcionário ou empregado de instituição hospitalar pública ou privada a admitir para tratamento pessoa morta.....	237
38.1. Direito intertemporal	237
38.2. Bem jurídico tutelado.....	238
38.3. Sujeitos do crime.....	238
38.4. Tipo objetivo.....	238
38.5. Tipo subjetivo.....	240
38.6. Consumação e tentativa.....	241
38.7. Classificação doutrinária	241
38.8. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	242
39. Obtenção de prova por meio manifestamente ilícito.....	242
39.1. Direito intertemporal	242
39.2. Noções gerais acerca da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	242
39.3. Bem jurídico tutelado.....	244
39.4. Sujeitos do crime.....	244
39.5. Tipo objetivo.....	244
39.6. Tipo subjetivo.....	253
39.7. Consumação e tentativa.....	253
39.8. Classificação doutrinária	253
39.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	253
39.10. Figura equiparada.....	253
39.11. Conflito aparente de normas	254
40. Flagrante preparado.....	255
41. Requisição ou instauração de procedimento investigatório sem quaisquer indícios	256

41.1.	Direito intertemporal	256
41.2.	Noções gerais acerca do princípio da obrigatoriedade	256
41.3.	Bem jurídico tutelado.....	257
41.4.	Sujeitos do crime.....	257
41.5.	Tipo objetivo.....	259
41.5.1.	Causas excludentes da ilicitude.....	261
41.6.	Tipo subjetivo.....	264
41.7.	Consumação e tentativa.....	264
41.8.	Classificação doutrinária	265
41.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal e suspensão condicional do processo.....	265
42.	Divulgação de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada do investigado ou acusado.....	265
42.1.	Direito intertemporal	265
42.2.	Noções gerais acerca do segredo de justiça em torno de interceptações telefônicas (ou ambientais) e da necessidade de inutilização da gravação que não interessar ao processo	266
42.3.	Bem jurídico tutelado.....	267
42.4.	Sujeitos do crime.....	268
42.5.	Tipo objetivo.....	268
42.6.	Tipo subjetivo.....	270
42.7.	Consumação e tentativa.....	271
42.8.	Classificação doutrinária	271
42.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	271
43.	Falsa informação sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo	272
43.1.	Direito intertemporal	272
43.2.	Bem jurídico tutelado.....	272
43.3.	Sujeitos do crime.....	272
43.4.	Tipo objetivo.....	272
43.5.	Tipo subjetivo.....	273
43.6.	Consumação e tentativa.....	274
43.7.	Classificação doutrinária	275

43.8.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	275
43.9.	Omissão de dado ou informação sobre fato juridicamente relevante e não sigiloso.....	275
44.	Deflagração de persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente.....	276
44.1.	Rejeição do veto presidencial.....	276
44.2.	Direito intertemporal	277
44.3.	Bem jurídico tutelado.....	277
44.4.	Sujeitos do crime.....	277
44.5.	Tipo objetivo.....	277
44.6.	Tipo subjetivo.....	280
44.7.	Consumação e tentativa.....	281
44.8.	Classificação doutrinária	281
44.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	281
45.	Procrastinação injustificada de investigação em prejuízo do investigado.....	282
45.1.	Direito intertemporal	282
45.2.	Noções gerais acerca da aplicação da garantia da razoável duração do processo à fase investigatória da persecução penal.....	282
45.3.	Bem jurídico tutelado.....	286
45.4.	Sujeitos do crime.....	286
45.5.	Tipo objetivo.....	287
45.6.	Tipo subjetivo.....	288
45.7.	Consumação e tentativa.....	289
45.8.	Classificação doutrinária	289
45.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	289
46.	Negativa de acesso aos autos de procedimento investigatório e de extração de cópias de documentos.....	290
46.1.	Rejeição do veto presidencial pelo Congresso Nacional	290
46.2.	Direito intertemporal	290
46.3.	Noções gerais acerca do direito do investigado e de seu defensor de ter acesso dos autos de procedimentos investigatórios	291
46.4.	Bem jurídico tutelado.....	293

46.5. Sujeitos do crime.....	293
46.6. Tipo objetivo.....	294
46.7. Tipo subjetivo.....	295
46.8. Consumação e tentativa.....	295
46.9. Classificação doutrinária	296
46.10. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	296
47. Exigência de informação ou do cumprimento de obrigação sem expresso amparo legal.....	296
47.1. Direito intertemporal	296
47.2. Noções gerais acerca do princípio da legalidade	297
47.3. Bem jurídico tutelado.....	297
47.4. Sujeitos do crime.....	298
47.5. Tipo objetivo.....	298
47.6. Tipo subjetivo.....	299
47.7. Consumação e tentativa.....	299
47.8. Classificação doutrinária	299
48. Utilização do cargo ou função pública ou invocação da condição de agente público para se eximir de obrigação legal ou para obter vantagem ou privilégio indevido	300
48.1. Direito intertemporal	300
48.2. Bem jurídico tutelado.....	300
48.3. Sujeitos do crime.....	300
48.4. Tipo objetivo.....	300
48.5. Tipo subjetivo.....	302
48.6. Consumação e tentativa.....	302
48.7. Classificação doutrinária	303
48.8. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	303
48.9. Conflito aparente de normas	303
49. Omissão de correção de erro relevante que sabe existir em processo ou procedimento	304
50. Atentado à liberdade de associação.....	305
51. Decretação da indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapola exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida e subsequente negativa de correção do excesso	306

51.1.	Direito intertemporal	306
51.2.	Noções gerais acerca da execução e do princípio da menor onerosidade.....	306
51.3.	Bem jurídico tutelado.....	308
51.4.	Sujeitos do crime.....	308
51.5.	Tipo objetivo.....	308
51.6.	Tipo subjetivo.....	311
51.7.	Consumação e tentativa.....	311
51.8.	Classificação doutrinária	312
51.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	312
52.	Demora demasiada e injustificada no exame de processo de que tenha requerido vista em órgão colegiado.....	313
52.1.	Direito intertemporal	313
52.2.	Bem jurídico tutelado.....	313
52.3.	Sujeitos do crime.....	313
52.4.	Tipo objetivo.....	315
52.5.	Tipo subjetivo.....	316
52.6.	Consumação e tentativa.....	316
52.7.	Classificação doutrinária	316
52.8.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	317
53.	Antecipação de atribuição de culpa por meio de comunicação, inclusive rede social, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação	317
53.1.	Rejeição do veto presidencial.....	317
53.2.	Direito intertemporal	318
53.3.	Noções gerais acerca do respeito à <i>integridade moral</i> do preso e à regra de tratamento (dimensão externa) decorrente do princípio da presunção de inocência.....	318
53.4.	Bem jurídico tutelado.....	322
53.5.	Sujeitos do crime.....	323
53.6.	Tipo objetivo.....	323
53.7.	Tipo subjetivo.....	325
53.8.	Consumação e tentativa.....	325
53.9.	Classificação doutrinária	326

53.10. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	326
54. Aplicação do Código Penal e do Código de Processo Penal ao processo e julgamento dos crimes de abuso de autoridade.....	326
54.1. (Des) necessidade de observância do procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos – arts. 513 a 518 do CPP – para os crimes de abuso de autoridade previstos na Lei n. 13.869/19.....	327
55. Aplicação da Lei dos Juizados Especiais Criminais ao processo e julgamento dos crimes de abuso de autoridade	335
56. Nova redação do art. 2º da Lei da Prisão Temporária	337
57. Nova redação do art. 10 da Lei n. 9.296/96	339
57.1. Realização de interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, sem autorização judicial	341
57.2. Realização de interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, com objetivos não autorizados em lei.....	341
57.3. Promoção de escuta ambiental sem autorização judicial	342
57.4. Promoção de escuta ambiental com objetivos não autorizados em lei	347
57.5. Quebra de sigilo de justiça.....	347
57.6. Determinação das condutas previstas no art. 10, caput, da Lei n. 9.296/96 pela autoridade judiciária com objetivo não autorizado em lei	348
58. Efeito extrapenal específico de perda do cargo, função ou mandato eletivo para os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente praticados por servidores públicos com abuso de autoridade	349
59. Violação de direitos e prerrogativas do advogado	351
60. Revogação da Lei n. 4.898/65, do § 2º do art. 150 e do art. 350, ambos do Código Penal.....	358
61. Vigência da Lei 13.869/19	360